



24307866

08018.031664/2023-38



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

#### ATA

### 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CONATRAP)

**Data:** 19 de maio de 2023.

**Local:** Anexo II, Sala 425 (Macunaíma)

**Horário:** 14h00 - 18h00

**Participantes:** Lista de presença (Anexo 1).

#### Pauta da reunião

- 1) Breve contextualização do CONATRAP e perspectivas quanto à sua reformulação;
- 2) Ações em andamento pela Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes;
- 3) Apresentação das ações, perspectivas e sugestões de providências pelos membros e convidados; e
- 4) Encaminhamentos finais.

#### Resumo das discussões

Após verificação do quórum, foi realizada, às 14h30min, a abertura da 13ª Reunião Ordinária pela Sra. Tatyana Scheila Friedrich, Suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representando o Presidente do Conatrap, a qual conduziu rodada de apresentações dos membros e proferiu breve discurso sobre a importância do colegiado para a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP).

Após a abertura, foi dada a palavra ao Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, Marina Bernardes de Almeida, que, na condição de Secretaria-executiva do Comitê, cumprimentou os participantes da reunião e seguiu para a apresentação e aprovação da pauta da reunião, previamente encaminhada aos membros do Comitê.

Sem informes prévios, passou-se a pauta da reunião conforme segue.

#### **1) Breve contextualização do CONATRAP e perspectivas quanto à sua reformulação**

A Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, Marina Bernardes, deu início a programação, apresentando uma **breve contextualização do CONATRAP e perspectivas quanto à sua reformulação**.

Apresentou o histórico da Política Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em ordem cronológica e onde o CONATRAP estava inserido.

Esclareceu sobre a missão e competência do CONATRAP e sua forma de funcionamento e deliberação, conforme Regimento Interno.

Divulgou a composição atual, de acordo com o Decreto nº 9.833/2019, de 08 de maio de 2023, onde temos como representantes do Governo: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e da Sociedade Civil: ASBRAD, ECOVIDA, TJM - 27 Million.

Diante dessa nova composição, foram proposta as próximas ações a serem realizadas pelo colegiado, quais sejam:

- Desenho de nova estrutura;
- Tramitação e assinatura do Decreto;
- Elaboração e publicação do edital de seleção das entidades (sociedade civil);
- Inscrição das entidades;
- Habilitação das entidades (análise da documentação);
- Seleção pública;
- Publicação da Portaria de designação dos membros; e
- Elaboração de novo Regimento Interno (RI).

Como primeiro encaminhamento da reunião, acordou-se a realização de reuniões técnicas para iniciar o processo de reformulação do próprio CONATRAP.

Na sequência, foram apresentadas duas opções de identidade visual/logomarca para o CONATRAP.

Nova identidade visual escolhida pelos membros e convidados:



## 2) Ações em andamento pela Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes (CGETP)

No segundo momento, a Sra. Coordenadora-Geral apresentou as **ações em andamento pela Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes (CGETP)**, e as perspectivas para o ano de 2023.

Nesse sentido, foram detalhadas as seguintes iniciativas/projetos:

- Sistema de governança da PNETP, onde demonstrou-se as conexões entre toda rede e a importância da condução desta política de forma integrada;
- Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante: foram apresentados os conceitos básicos (diferença entre núcleo e posto), a forma de estruturação e atuação, bem como o objetivo de atuação de cada um deles.

Muito foi falado sobre a importância do fortalecimento e expansão dessa Rede. Foi citada a iniciativa levada a cabo em 2022, por meio do Edital de Chamada Pública nº 02/2022, que resultou criação de 2 (dois) novos núcleos (Mato Grosso do Sul e Paraíba), além do fortalecimento no NETP/MA. Ademais, o MJSP segue na busca por fontes orçamentárias, com vistas a seguir no fortalecimento e expansão dessa rede.

A representante da ASBRAD, Sra. Graziella Rocha, trouxe a informação de que o estado do Pará encontra-se em fase de reestruturação governamental e que há indicativos de que a pauta de tráfico de pessoas, bem como o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do estado do Pará, poderão deixar de existir, provocando gravosa lacuna no provimento da política pública em estado tão estratégico para. A partir daí, abriu-se um debate sobre a situação geral da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas no âmbito do Governo Federal e dos estados, e foram apontadas algumas lacunas importantes que são objeto de preocupação dos membros do Conatrap.

No mesmo sentido, o representante do Instituto Ecovida, Sr. Izione Leal, pontuou que o estado do Amapá se encaminha pelo mesmo sentido, de enfraquecer a política estadual.

A Sr. Jeanne Aguiar, coordenadora do NETP/PE, também indicou que a política no estado pode passar por dificuldades, dado que a pauta está em fase de transição de Secretarias estaduais.

Foi levantado o fato crítico de que o estado de Roraima não possui NETP nem constitui a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. O estado tem ganhado cada vez mais relevância dada o grande fluxo de migrantes venezuelanos que tem cruzado a fronteira norte do Brasil. A CGETP informou que o estado até apresentou proposta de estruturação de Núcleo com fulcro no edital nº 002/2022 da Senajus, mas que, infelizmente, a proposta apresentada pelo estado não atendeu aos critérios mínimos de pontuação previstos no edital para ser aprovada, apesar de todo o diálogo e tratativas realizados com os representantes do estado.

A Sra. Patrícia Rodrigues, representante do Ministério das Mulheres, observou que há um constante enfraquecimento da articulação da Rede, com enfraquecimento na prevenção de crimes contra as mulheres. Indicou que o Ministério pretende retomar os contatos e parcerias com os integrantes da Rede para melhorar o fluxo de informações. No mesmo sentido, os representantes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal ressaltaram a importância da fluxo direto de comunicação entra a Rede e essas instituições e se colocaram à disposição para fortalecer o diálogo com os parceiros da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Considerando o debate, foi exarado o **segundo encaminhamento** da reunião: a elaboração de uma Recomendação do CONATRAP sobre a importância da manutenção e fortalecimento das estruturas de enfrentamento ao tráfico de pessoas nos estados. Para tanto, se comprometeram a participar da elaboração do texto as seguintes instituições: Asbrad, Ecovida, MRE e Ministério das Mulheres.

- SISETP - Seguindo a apresentação a CGETP fez uma breve apresentação sobre o Sistema Eletrônico de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SISETP).

Foi comentado sobre a importância da criação de banco de dados com registros que traduzirão em relatórios que facilitem e demonstrem os melhores caminhos para que as informações não sumam e que tenhamos um entendimento das ações e atuação desse crime. Futuramente a ideia é incluir outros órgãos que fazem interface com a temática para integrar as informações e ampliar o entendimento e a rede de dados.

Durante a apresentação o MRE informou que tem um sistema que faz o monitoramento internacional - que pode futuramente vir a integrar o SISETP. Esse sistema do MRE funciona para atendimento a brasileiros no exterior (requisição passaporte) estrangeiros (vistos) e atendimentos consulares (requerimento embaixada/ consulado) onde no ato do registro do pedido a informação possa chegar ao funcionário com os dados sobre a pessoa (PF) - são incluídos alertas no sistema, mas hoje o sistema não permite fazer um filtro sobre o tipo de pesquisa específica relacionada ao tráfico de pessoas.

- Avaliação do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: foi informado aos presentes que o III Plano teve sua vigência encerrada em julho de 2022 e que o instrumento passa por uma avaliação final, que vem sendo conduzida pelas pesquisadoras do Observatório das Migrações Internacionais da Universidade de Brasília (OBMigra). A ideia é que essa avaliação final sirva de subsídio para construção do IV Plano Nacional. Neste mesmo contexto, a Dra. Graziella Rocha ressaltou que é premente a elaboração e implementação do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- Articulação interinstitucional - foram elencadas as ações de articulação interinstitucional em andamento, formalizadas por meio de Acordos de Cooperação Técnica (MPT, MS, MDS, CNMP, e CNJ) e o que está sendo realizado no âmbito desses ACTs (Curso EAD, Seminário Internacional e documentos técnicos, dentre outros produtos).
- Assistência à vítima: foi também abordado o tema da assistência às vítimas, com destaque para o processo, já em sua fase final, de reformulação da Portaria nº 87/2020, que facilita a concessão de autorização de residência para pessoas que tenham sido vítima de trabalho escravo. Também foram citadas as articulações em curso entre DETRAE e SENASP, para apoio nas operações de resgate de vítimas de trabalho escravo e por fim, foram mostrados os produtos de divulgação e conscientização pública voltados ao tema.

- **Prevenção:** foi enfatizada a necessidade de mudar o modo de fazer prevenção, utilizando outros meios e canais de comunicação - redes sociais (entender como funciona o recrutamentos virtual e usar das mesmas ferramentas para conscientizar e prevenir o Tráfico de Pessoas).

Foram mencionadas as tratativas com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República para desenvolvimento de campanha nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para o ano de 2023 e, na sequência, a Coordenadora-Geral relatou as ações voltadas a prevenção para crianças e adolescentes - Elaboração de Gibi da Turma da Mônica Jovem, fruto de parceria entre a CGETP e o Instituto Maurício de Sousa e a criação do Protocolo de Escuta Qualificada para Crianças e Adolescentes Vítimas de Tráfico de Pessoas, realizado pela Organização Internacional para as Migrações.

Seguindo, foi apresentado o planejamento para a 9ª semana Nacional de Mobilização, que acontecerá de 24/07 a 30/07/2023. Nesse ponto, foi elencado os eventos que estão previstos, com datas a serem confirmadas e quais os parceiros estão envolvidos nas ações.

Foi aberto espaço para que a Rede se manifeste sobre indicação das ações que irão desenvolver para a Semana de Mobilização e mencionada a disponibilidade e interesse na participação da CGETP nos eventos a serem realizados nos estados.

- **Responsabilização:** foram reconhecidas as dificuldades da política, uma vez que ainda há muito desconhecimento sobre o tráfico de pessoas como crime, especialmente quando se trata de tráfico interno, bem como dificuldades extremamente complexas no que tange à aquisição de provas no crime de tráfico de pessoas; resultado em uma baixa aplicação da Lei nº 13.344/2016.

A partir dessa discussão, foi adotado o **terceiro encaminhamento:** instituir grupo de estudos para proposição de medidas voltadas ao incremento da responsabilização pelo crime de Tráfico de Pessoas. Foi proposto marcar a primeira reunião para estabelecer as metodologias e a agenda de participação dos órgãos que irão fazer parte do grupo de estudos. Os membros acolheram a ideia e apoiaram a ação.

Inicialmente, participarão os seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Organização Internacional para as Migrações.

O tema seguinte ateu-se ao Contrabando de Migrantes. A Coordenadora-Geral apresentou as ações que estão sendo realizadas, e a iniciativa de atuação da CGETP no aeroporto de Guarulhos - participação de reunião do GT, apoio as atividades desempenhadas pelo PAAHM de Guarulhos e o planejamento de ações concretas voltadas à prevenção ao contrabando de migrantes.

Mencionou as publicações recentes e que estão disponíveis no site do MJ e e por último apresentou os dados e informações mais recentes sobre o tema.

Por fim, foram apresentados os principais desafios e perspectivas para o próximo período:

- Recomposição da força de trabalho da CGETP/MJSP;
- Efetiva utilização e contínua evolução do SISETP, como fonte de registro e coleta de informações;
- Elaboração do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e instituição de seu respectivo Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação;
- Elaboração do próximo Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas;
- Estabelecimento de novas parcerias com atores estratégicos (nacionais e internacionais), em especial no momento;
- Ministério das Mulheres – TP para fins de exploração sexual;
- Ouvidoria Nacional/MDHC – Aprimoramento do registro das denúncias de TP registradas no Disque 100.

### 3) Informes prestados pelos membros:

A segunda parte da reunião foi dedicada aos membros do Comitê e participantes convidados, a fim de que pudessem fazer uso da palavra e apresentar informes relevantes.

A Sra. Graziella Rocha (Asbrad) questionou sobre a elaboração do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a importância de iniciar o processo para que sejam contempladas as novas realidades de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Também clamou pela reestruturação de pessoal da CGETP para que tenha meios de executar plenamente a política.

A Sra. Ana Claudia (Defensoria Pública da União) reforçou que os canais e trocas de informação não estão chegando nos órgão que estão envolvidos e sugeriu que haja integração de dados para atuação de forma ordenada. A CGETP sinaliza que é essa a perspectiva da com o reforço das ações de coordenação interinstitucional.

A Sra. Lys Sobral (Ministério Público do Trabalho) registrou alegria em participar dessa reunião do Conatrap e sua felicidade pelo fato de o Ministério Público do Trabalho estar tendo a oportunidade de estar mais próximo e integrado à pauta. Sugestão: junto ao grupo de estudos ou por ocasião da discussão da elaboração do IV Plano - criar um fluxo de atendimento a vítima de tráfico de pessoas, similar ao fluxo da CONATRAE, que já está implementado. CGETP esclareceu que já houve uma tentativa nesse sentido, mas ainda não era o momento, pois a rede ainda não estava estruturada e a recomendação foi que cada estado elaborasse seus fluxos que serviriam de base para uma construção futura de um fluxo nacional.

A Sra. Lucinete Tavares (Ecovida) falou sobre a importância de avançar na elaboração do IV Plano e da elaboração de um fluxo que seja integrado. Falou sobre a falta de compromisso político dos gestores, mas pontuou que o que foi proposto nessa reunião encheu de esperança na retomada das tratativas para o avanço da política.

A Sra. Stella Scampini (Ministério Público Federal) registrou estar grata pela participação e feliz em ver propósito de todos os envolvidos. Declarou-se contente por ver a pauta do contrabando de migrantes ter sido abordada e que é preciso ter um atenção direcionada para essa temática. Mencionou sobre as ações relacionadas aos indígenas e a pauta em conjunto com outros países fronteiriços. Se colocou a disposição para continuar contribuindo com o Comitê.

A Sra. Letícia Stables (The Justice Movement) manifestou felicidade pela retomada e por ter conhecimento das tantas iniciativas que estão sendo feitas. Mencionou sobre o projeto que havia sido proposto, de capacitação online e sugeriu que poderia retirar a proposta para o presente momento. A Sra. Marina Bernardes mencionou que talvez fosse possível executar o projeto na semana de mobilização, assim a representante do The Justice Movement se propôs elaborar e enviar ao comitê uma programação para apreciação. Por fim, se colocou a disposição para continuar a servir ao Comitê.

### Encaminhamentos

Encaminhamentos	Respons
Envio da 1ª versão da Ata da 13ª Reunião Ordinária + Anexos	CGET

Devolutiva da 1ª versão da ata com comentários e sugestões de ajuste na redação Incorporação dos ajustes e disponibilização da versão final para assinatura (via SEI)	SE/CONA Membros/
Realizar reuniões técnicas para iniciar o processo de reformulação do próprio CONATRAP.	DPU, Ministério das Mulheres, A: Rodoviária Federal, Ministério P Internacional para as N
Elaborar Recomendação do CONATRAP sobre a importância do fortalecimento dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nos Estados	Asbrad, MRE, Ecovida e Mi
Instruir grupo de estudos para proposição de medidas voltadas ao incremento da responsabilização pelo crime de TP. Marcar agenda para reunião.	Polícia Federal, Polícia Rodoviária da União, Ministério Público Fed Trabalho e Organização Interna

Às 17h40 e nada mais havendo a tratar, o Senhora Marina Bernardes de Almeida, Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, e a Diretora da SENAJUS, Sra. Tatyana Scheila Friedrich, na condição de Presidente do Comitê, agradeceram a participação de todos os presentes e deram por encerrada a reunião.

#### Anexos

- Anexo 1 – Lista de presença (SEI nº 24359527)
- Anexo 2 – PPT CGETP\_Ações desenvolvidas e perspectivas 2023 (SEI nº 24359339)

Assinam esta Ata os seguintes representantes presentes na reunião:

<i>Assinado eletronicamente</i> <b>TATYANA SCHEILA FRIEDRICH</b> Presidente do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Suplente	<i>Assinado eletronicamente</i> <b>RAGNIELL DE MENDONÇA E BERTOLINI</b> Ministério das Relações Exteriores - Suplente
<i>Assinado eletronicamente</i> <b>FRANCISCO COULLANGES XAVIER</b> Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	<i>Assinado eletronicamente</i> <b>GRAZIELLA DO Ó ROCHA</b> Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude - ASBRAD
<i>Assinado eletronicamente</i> <b>LARISSA HOH</b> The Justice Movement (Frente de Ação 27Million)	<i>Assinado eletronicamente</i> <b>IZIONE DOS SANTOS MADUREIRA LEAL</b> Instituto EcoVida - Suplente



Documento assinado eletronicamente por **Ragniehl de Mendonça e Bertolini, Usuário Externo**, em 30/06/2023, às 18:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tatyana Scheila Friedrich, Diretor(a) do Departamento de Migrações**, em 03/07/2023, às 09:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **francisco coullanges xavier, Usuário Externo**, em 03/07/2023, às 16:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Iziona dos Santos Madureira Leal, Usuário Externo**, em 16/07/2023, às 19:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **24307866** e o código CRC **03C61DC6**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.